

Caritas in Veritate

Nesta tão esperada terceira encíclica, Caritas in Veritate, o Papa Bento XVI não se dedica a sistemas económicos específicos – não procura formar a agenda política de ninguém.

Está antes preocupado com a moral e os fundamentos teológicos da cultura. O contexto é naturalmente o de uma crise económica global – uma crise que ocorreu num vácuo moral, onde o amor pela verdade tem sido abandonado em favor do materialismo cru. O Papa exorta que esta crise torne-se “ocasião de discernimento e elaboração de nova planificação”.

No entanto, esta encíclica não procura uma terceira via entre mercado e socialismo. Palavras como capitalismo e ganância não são referidas, apesar das notícias na imprensa logo após a publicação da encíclica. Quem procurar um modelo para a reestruturação política da economia mundial, não o encontrará aqui. Mas quem olhar para este documento como um meio para a reconstrução moral das culturas e das sociedades do mundo, que por sua vez influenciam os acontecimentos económicos, terá muito sobre o que reflectir.

Caritas in Veritate volta a exprimir de forma eloquente verdades antigas, por vezes abandonadas nos tempos modernos. O Papa aponta numa direcção que tem sido negligenciada quando se fala em estímulo económico, nomeadamente, o abraço global a uma caridade verdadeira.

Bento XVI atribui correctamente a crise a uma “actividade financeira mal utilizada e maioritariamente especulativa”. Mas resiste à moda actual de culpar a economia de mercado por todos os problemas mundiais existentes. “Desde sempre”, escreve, “a Igreja defende que não se há-de considerar o agir económico como anti-social.” Continua, “a sociedade não tem que se proteger do mercado, como se o desenvolvimento deste implicasse *ipso facto* a morte das relações autenticamente humanas.”

O mercado é moldado pela cultura. “Com efeito, a economia e as finanças, enquanto instrumentos, podem ser mal utilizadas se quem as gere tiver apenas referimentos egoístas. Deste modo é possível conseguir transformar instrumentos de per si bons em instrumentos danosos; mas é a razão obscurecida do homem que produz estas consequências, não o instrumento por si mesmo. Por isso, não é o instrumento que deve ser chamado em causa, mas o homem, a sua consciência moral e a sua responsabilidade pessoal e social.”

O Papa não rejeita a globalização, “opor-se-lhe cegamente seria uma atitude errada, fruto de preconceito, que acabaria por ignorar um processo marcado também por aspectos po-

sitivos, com o risco de perder uma grande ocasião de se inserir nas múltiplas oportunidades de desenvolvimento por ele oferecidas.” Diz que “a difusão dos ambientes de bem-estar a nível mundial não deve ser refreada por projectos egoístas, proteccionistas”. É necessário mais mercado, e não menos: “a principal ajuda de que têm necessidade os países em vias de desenvolvimento é a de permitir e favorecer a progressiva inserção dos seus produtos nos mercados internacionais.”

A encíclica não ataca o capitalismo nem oferece modelos para as nações adoptarem. “A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer”, o Papa reafirma, “e não pretende «de modo algum imiscuir-se na política dos Estados»; mas tem uma missão ao serviço da verdade para cumprir, em todo o tempo e contingência”. Bento XVI está profundamente consciente que a ciência económica pode contribuir muito para o desenvolvimento humano. O papel da Igreja não é ditar o caminho da pesquisa, mas orientar os seus objectivos, “é ainda a ciência económica a dizer-nos que uma situação estrutural de insegurança gera comportamentos antiprodutivos e de desperdício de recursos humanos, (...) os custos humanos são sempre também custos económicos, e as disfunções económicas acarretam sempre também custos humanos.”

Regressa constantemente a duas aplicações práticas do princípio da verdade na caridade. Primeiro, este princípio leva-nos além das exigências terrenas de justiça, definida por direitos e deveres, e introduz as prioridades morais essenciais da generosidade, compaixão e comunhão – prioridades que garantem valor teológico e salvação. Segundo, a verdade na caridade é sempre orientada para o bem comum, definido como uma extensão do bem dos indivíduos que vivem em sociedade e têm responsabilidades abrangentes. Quanto às questões relacionadas com a população, não pode ser mais claro: “considerar o aumento da população como a primeira causa do subdesenvolvimento é errado, inclusive do ponto de vista económico”.

Vários comentadores preocuparam-se com as suas frequentes chamadas de atenção para a redistribuição da riqueza. Bento XVI não atribui o papel ao Estado, mas muita da redistribuição necessária é o resultado de toda a troca voluntária e mutuamente benéfica. Para compreender essas passagens de forma completa e correcta, deveríamos colocar os nossos preconceitos políticos de lado.

Esta encíclica é uma versão teológica do esforço mais filosófico do Papa João Paulo II em ancorar os fundamentos éticos da economia livre. Concorda em muito com a longa tradição de obras sobre uma certa tradição “liberal clássica”, centrada no fundamento moral da economia, São Tomás de Aquino e seus discípulos, Frederic Bastiat no século XIX, Wilhelm Roepke, e até o secular F.A. Hayek no século XX. Também ressoa claramente algum pensamento democrata cristão europeu.

Caritas in Veritate recorda-nos que não podemos compreender-nos como comunidade humana se não nos entendermos como algo mais do que a soma das nossas partes materiais; se não compreendermos a nossa capacidade para o pecado; e se não compreendermos o princípio da comunhão enraizado na generosidade da graça de Deus. Simplesmente, para este Papa não existe sistema justo ou moral sem pessoas justas e morais. ●